DAL-PROT CAD – BLOCO "F"
14021.172330/2020-14
DATA: 04/11/2020

Sistema Eletrônico de Informações — Ministério da Economia

Ctrl. 5

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL DO ESTADO DA PARAÍBA

PERÍODO 2020-2022

(16ª REVISÃO)

Lei nº 9.496, de 11/09/97, Alterada pelas Leis Complementares Nº 148, de 25/11/2014 e Nº 156, de 28/12/2016

Resolução do Senado Federal nº 08/97

Contrato nº 013/98-STN/COAFI, de 31 de março de 1998
entre a União e o Estado da Paraíba

João Pessoa - PB, 30 de outubro de 2020

SEÇÃO I - APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a 16ª revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (Programa) do Estado da Paraíba (Estado), parte integrante do Contrato nº 013/98-STN/COAFI de confissão, assunção consolidação e refinanciamento de dívidas (Contrato), de 31 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e suas alterações e da Resolução do Senado Federal nº 08/97. O Programa dá cumprimento ao disposto no referido contrato e seus aditivos posteriores. A presente revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2020 e estimativas para os exercícios de 2021 e 2022.

Na seção 2 é apresentado o diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 3 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Estado; na seção 4 são apresentados metas ou compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e na seção 5 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas ou compromissos.

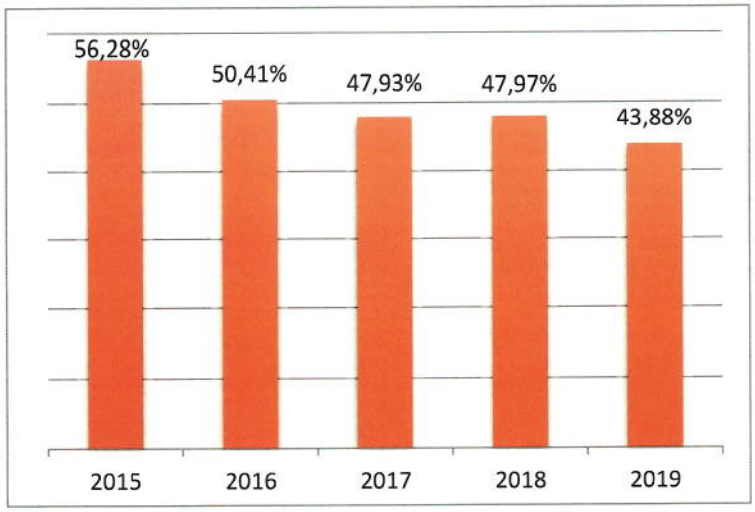
Compõem ainda o presente documento os seguintes anexos:

- Demonstrativo da Dívida Consolidada;
- Demonstrativo do Resultado Primário;
- Demonstrativo da Receita de Arrecadação Própria; e
- Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Seção II - Situação Econômico-Financeira Do Estado

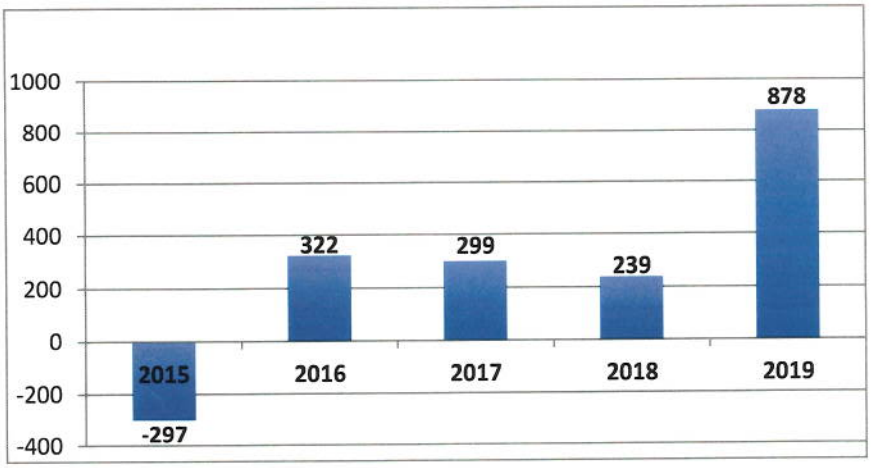
Nessa seção será analisada a evolução dos indicadores econômico-financeiros do Estado, segundo os critérios do Programa, de forma a avaliar sua situação fiscal. Para isto, utilizaremos gráficos apresentando a evolução da dívida consolidada, do resultado primário, da despesa com pessoal, da receita de arrecadação própria e de disponibilidade de caixa.

Gráfico 1 – Relação Dívida Consolidada (DC) / Receita Corrente Líquida (RCL) (%)



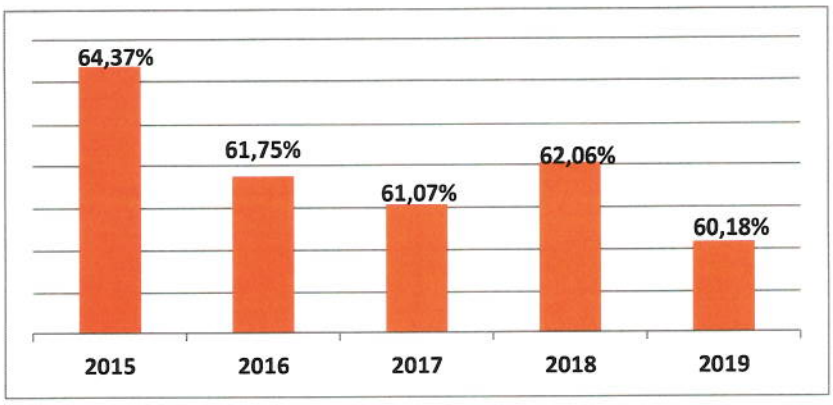
A evolução do Gráfico 1 indica que o Estado diminuiu o ritmo de contratações e de liberações de recursos de operações de crédito, com efeitos relevantes sobre o crescimento do endividamento. O patamar atual indica comprometimento da RCL de 43,88% em relação à dívida consolidada.

Gráfico 2 – Resultado Primário (R$ milhões)



Da observação do Gráfico 2, pode-se concluir que há melhora da série de resultados primários gerados pelo Estado. Este fato decorreu da redução mais que proporcional das despesas primárias em relação às receitas primárias.

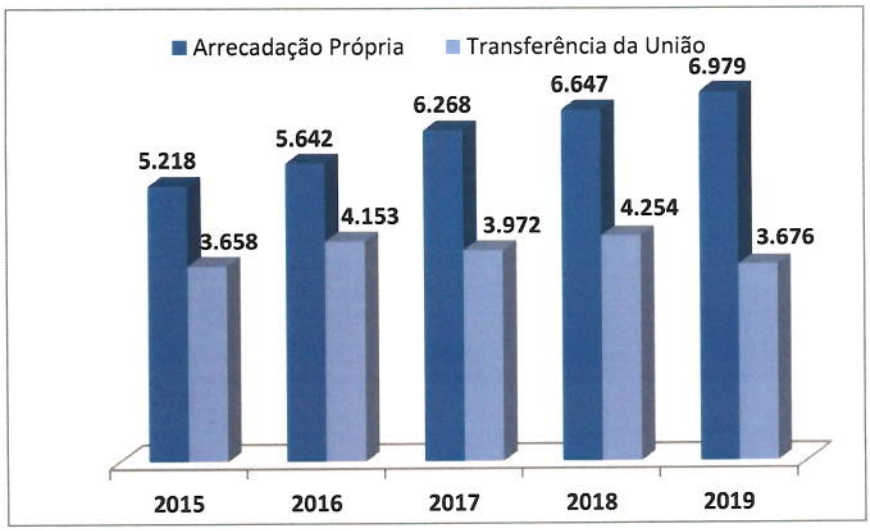
Gráfico 3 – Despesa com Pessoal/RCL (%)



Fonte: Com base na metodologia do MDF.

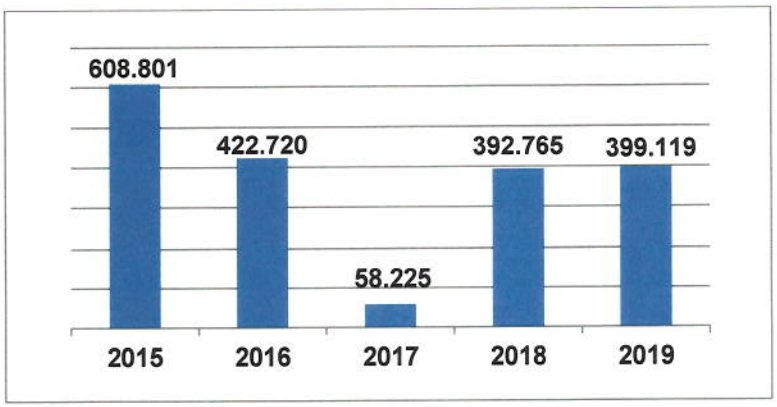
No Gráfico 3, verifica-se que ocorreu decrescimento da relação DP/RCL ao longo do período analisado. Considerando o caráter não compressivo desse tipo de despesa, seu crescimento restringe a margem de manobra do poder público no enfrentamento das restrições financeiras atuais e futuras.

Gráfico 4 – Receita de arrecadação própria e transferências da União (R$ milhões)



A evolução das receitas de arrecadação própria indica o grau de independência da receita estadual em relação às receitas de transferências governamentais, permitindo que o Estado viabilize sua sustentação fiscal e financeira com base nas receitas de sua competência, evitando que flutuações nos valores dos repasses governamentais comprometam seu equilíbrio. O Gráfico 4 demonstra que no período, o Estado não conseguiu reduzir sua dependência de Transferências da União.

Gráfico 5 – Disponibilidade de Caixa Líquida de recursos não vinculados (R$ milhões)



Conforme demonstrado no Gráfico 5, o Estado incorreu em disponibilidade líquida positiva de recursos não vinculados, em todos os exercícios, maiores que as obrigações financeiras.

SEÇÃO III - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentabilidade fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará sequência ao Programa iniciado em 1999 por meio do cumprimento das metas ou compromissos definidos na seção 4 deste documento.

O cumprimento das metas ou compromissos do Programa também visa manter ou melhorar a classificação da capacidade de pagamento do Estado, tornando elegíveis as operações de crédito de seu interesse à concessão de garantias da União.

Seção IV - Metas e Compromissos

As descrições das metas e aspectos específicos da metodologia de apuração e avaliação estão detalhadas no TET.

Seguem nesta seção do Programa as metas para o Estado da Paraíba.

Meta 1 - Relação Dívida Consolidada (DC) / Receita Corrente Líquida (RCL)

Relação Dc/Rcl

2020	2021	2022
43,69	45,02	45,32

A meta 1 do Programa, é não ultrapassar em 2020 a relação DC/RCL acima especificada.

A relação considera o estoque das dívidas suportadas pelo Estado e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução. A projeção acima considera ainda o espaço fiscal previsto no TET.

Meta 2 - Resultado Primário

Resultado Primário em R$ Milhões

2020	2021	2022
558	538	272

A meta 2 do Programa é superar o resultado primário previsto para o exercício de 2020, conforme acima especificado.

Meta 3 - Despesa com Pessoal / Receita Corrente Líquida (RCL)

A meta 3 do Programa consiste em não ultrapassar em 2020 o limite de 57% para a relação Despesa com Pessoal/Receita Corrente Líquida.

META 4 - RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R$ MILHÕES

2020	2021	2022
6.727	7.004	7.247

A meta 4 do Programa é superar em 2020 o montante de receitas de arrecadação própria indicado acima.

META 5 - GESTÃO PÚBLICA

A meta 5 do Programa é alcançar em 2020 os seguintes compromissos:

a) Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso de acordo com o §1º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015;

b) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e

c) O Estado deverá rever as classificações orçamentárias e fiscais de suas empresas estatais em dependentes e não dependentes de forma a convergir para as regras previstas na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução do Senado nº 43, de 2001, com vistas a garantir que todas as estatais dependentes estejam incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social do exercício de 2022.

META 6 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA

A meta 6 do Programa consiste em alcançar em 2020 disponibilidade de caixa de recursos não-vinculados do poder executivo maior ou igual às obrigações financeiras não-vinculadas.

SEÇÃO V - SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS

Durante a vigência do Contrato, o Programa será revisto a cada exercício devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET.

O Estado em conjunto com a STN estabelecerá metas e compromissos para o exercício de referência e estimativas para os dois exercícios financeiros subsequentes.

A avaliação do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente até 31 de julho, conforme definido no TET.

O Estado poderá encaminhar pleito de revisão da avaliação nos termos da Portaria MF n° 265, de 10 de maio de 2018.

O Estado entende que a não revisão do Programa equivale ao descumprimento da totalidade das metas ou compromissos, implicando penalidade nos termos da alínea a do inciso IV do art. 5º-A da Lei Complementar nº 148, de 2014, e no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001.

O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Este é o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal que o Governador do Estado da Paraíba subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei n° 9.496/97 e suas alterações. O comprometimento com as metas ou compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

João Pessoa - PB, 30 de outubro de 2020.

JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO

Governador do Estado da Paraíba

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL

Anexo I - Demonstrativo da Dívida Consolidada (II RGF)

2019: realizado; 2020 a 2022: projetado

Saldo em 31/12 de cada exercício

PARAÍBA

R$1

	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**4.664.698.557**	**4.876.203.843**	**5.148.850.787**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	**2.605.057.912**	**2.691.182.573**	**2.830.816.347**
Empréstimos	**1.250.547.617**	**1.258.250.300**	**1.334.846.287**
Internos	812.777.290	853.903.821	905.885.216
Externos	437.770.327	404.346.479	428.961.071
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	**1.158.508.975**	**1.217.129.530**	**1.291.222.290**
Financiamentos	**172.854.760**	**192.656.184**	**181.601.210**
Internos	172.854.760	192.656.184	181.601.210
Externos	0	0	0
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	**23.146.560**	**23.146.560**	**23.146.560**
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias	23.146.560	23.146.560	23.146.560
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	**2.059.640.646**	**2.185.021.270**	**2.318.034.440**
Outras Dívidas	**0**	**0**	**0**
DEDUÇÕES (II)	**1.124.234.165**	**1.268.202.557**	**1.433.736.586**
Disponibilidade de Caixa	**880.555.774**	**1.019.650.599**	**1.180.213.588**
Disponibilidade de Caixa Bruta	960.231.439	1.104.266.155	1.269.906.078
(-) Restos a Pagar Processados	79.675.665	84.615.556	89.692.490
Demais Haveres Financeiros	**243.678.391**	**248.551.958**	**253.522.998**
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**3.540.464.393**	**3.608.001.286**	**3.715.114.200**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**10.679.635.229**	**10.832.430.708**	**11.363.769.036**
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais	**1.725.000**	**1.794.000**	**1.865.769**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) = (IV - V)	**10.677.910.229**	**10.830.636.708**	**11.361.903.267**
% da DC sobre a RCL (VII) = (I/VI)	**43,69**	**45,02**	**45,32**

23/10/2020 17:11

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
Anexo II - Demonstrativo de Resultados Fiscais - Cenário Base Anual
PARAÍBA

R$ Milhões

	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	**12.634**	**12.827**	**13.425**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**6.077**	**6.293**	**6.517**
ICMS	4.923	5.113	5.277
IPVA	361	354	365
ITCD	25	31	32
IRRF	488	502	533
Outros impostos, taxas e contribuições de melhoria	279	293	311
Contribuições	**304**	**306**	**324**
Receita Patrimonial	**72**	**69**	**75**
Aplicações Financeiras (II)	67	64	69
Outras Receitas Patrimoniais	5	5	5
Transferências Correntes	**5.937**	**5.893**	**6.221**
Cota-Parte do FPE	3.528	3.979	4.219
Cota-Parte do IPI-Exp.	3	3	3
Royalties e Participações Especiais	17	17	18
FUNDEB	958	1.141	1.186
Outras Transferências Correntes	1.432	753	794
Demais Receitas Correntes	**245**	**266**	**289**
Outras Receitas Financeiras (III)	0	0	0
Receitas Correntes Restantes	245	266	289
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	**12.567**	**12.762**	**13.356**
RECEITAS DE CAPITAL (V)	**132**	**352**	**379**
Operações de Crédito (VI)	**43**	**244**	**264**
Amortização de Empréstimos (VII)	**5**	**6**	**6**
Alienação de Bens	**1**	**2**	**2**
Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes (VIII)	1	2	2
Outras Alienações de Bens	0	0	0
Transferências de Capital	**45**	**63**	**67**
Convênios	4	1	2
Outras Transferências de Capital	41	61	65
Outras Receitas de Capital	**37**	**39**	**41**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**82**	**102**	**108**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (X) = (IV + IX)	**12.649**	**12.864**	**13.464**
RECEITA TOTAL (XI) = (I + V)	**12.766**	**13.179**	**13.805**
DESPESAS CORRENTES (XII)	**11.399**	**11.787**	**12.519**
Pessoal e Encargos Sociais	**6.960**	**7.193**	**7.746**
Ativo	4.554	4.642	5.042
Inativos e Pensionistas	2.375	2.513	2.663
Outras Despesas com Pessoal	31	39	41
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	**73**	**175**	**180**
Outras Despesas Correntes	**4.367**	**4.418**	**4.593**
Transferências Constitucionais e Legais	1.624	1.660	1.705
Demais Despesas Correntes	2.742	2.758	2.888
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	**11.326**	**11.611**	**12.339**
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	**899**	**897**	**977**
Investimentos	**738**	**678**	**813**
Inversões Financeiras	**56**	**61**	**63**
Concessão de Empréstimos (XVI)	30	24	24
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVII)	0	0	0
Aquisição de Título de Crédito (XVIII)	0	0	0
Demais Inversões Financeiras	26	37	39
Amortização da Dívida (XIX)	**104**	**158**	**101**
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XX) = (XV - XVI - XVII - XVIII - XIX)	**765**	**715**	**852**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXI)	**0**	**0**	**0**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXII) = (XIV + XX + XXI)	**12.091**	**12.326**	**13.192**
DESPESA TOTAL (XXIII) = (XII + XV + XXI)	**12.298**	**12.684**	**13.496**
RESULTADO PRIMÁRIO (XXIV) = (X - XXII)	**558**	**538**	**272**
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	73	175	180
Amortização da Dívida (XIX)	104	158	101
Concessão de Empréstimos (XVI)	30	24	24
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVII)	0	0	0
Aquisição de Título de Crédito (XVIII)	0	0	0
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO BRUTA (XXV) = (XXIV - XIII - XIX - XVI - XVII - XVIII)	**351**	**180**	**-32**
Aplicações Financeiras (II)	67	64	69
Outras Receitas Financeiras (III)	0	0	0
Amortização de Empréstimos (VII)	5	6	6
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDA (XXVI) = (XXV + II + III + VII)	**424**	**250**	**43**
Operações de Crédito (VI)	**43**	**244**	**264**
Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes (VIII)	1	2	2
FONTES DE FINANCIAMENTO (XXVII) = (VI + VIII)	**45**	**245**	**265**
Outros fluxos de caixa (XXVIII)	0	0	0
FLUXO DE CAIXA (XXIX) = (XXVII + XXVI + XXVIII)	**468**	**495**	**309**
Juros e encargos ativos (XXX)	78	83	89
Juros e encargos passivos apropriados por competência (XXXI)	73	175	180
RESULTADO NOMINAL (XXXII) = (XXIV + XXX - XXXI)	**563**	**445**	**181**

Receitas=(Receitas Brutas Realizadas - FUNDEB - Outras Deduções da Receita)

Despesas=(Despesas Pagas + Restos a Pagar Não Processados Pagos + Restos a Pagar Processados Pagos)

23/10/2020 17:12

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL

Anexo IV - Demonstrativo das Receitas de Arrecadação Própria

2019: realizado; 2020 a 2022: projetado

PARAÍBA

R$ Milhões

	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	**14.432**	**14.731**	**15.417**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**6.992**	**7.263**	**7.518**
ICMS	5.792	6.015	6.208
IPVA	402	417	429
ITCD	31	36	37
IRRF (II)	488	502	533
Outros impostos, taxas e contribuições de melhoria	279	293	311
Contribuições	**304**	**306**	**324**
Receita Patrimonial	**72**	**69**	**75**
Aplicações Financeiras (III)	67	64	69
Demais Receitas Patrimoniais	5	5	5
Receita Agropecuária	**0**	**0**	**0**
Receita Industrial	**4**	**4**	**4**
Receita de Serviços	**64**	**67**	**71**
Transferências Correntes (IV)	**6.819**	**6.827**	**7.211**
Cota-Parte do FPE	4.410	4.913	5.209
Transferências da LC 87/1996 (Lei Kandir)	0	0	0
Transferências da LC 61/1989 (IPI Exportação)	3	3	4
Transferências do FUNDEB	958	1.141	1.186
Outras Transferências Correntes	1.448	770	812
Outras Receitas Correntes	**177**	**195**	**214**
DEDUÇÕES (V)	**3.752**	**3.898**	**4.053**
Transferências Constitucionais e Legais	**1.624**	**1.660**	**1.705**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (VI)	**304**	**305**	**324**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência (VII)	**27**	**29**	**33**
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	**1.798**	**1.904**	**1.991**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (VIII) = (I - V)	**10.680**	**10.832**	**11.364**
RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA (IX) = (I) - (II) - (III) - (IV) - (VI) - (VII)	**6.727**	**7.004**	**7.247**

Receitas=(Receitas Brutas Realizadas - FUNDEB - Outras Deduções da Receita)

23/10/2020 17:12

Transferências Constitucionais e Legais(Empenhadas)

Na Linha de Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência também estão inclusas as Contrib. dos Militares para o Custeio das Pensões.